



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

VARA DO TRABALHO DE SÃO JOAQUIM DA BARRA - 0117

[2501 a 3000 processos]

Aos 24 dias do mês de outubro de 2018, a Excelentíssima Senhora Desembargadora do Trabalho **SUSANA GRACIELA SANTISO**, Vice-Corregedora Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 14/2018, divulgado em 13/7/2018 no DEJT (Edição 2517/2018 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 301). Presentes o Juiz Titular ALEXANDRE ALIPRANDINO MEDEIROS e o Juiz Substituto Auxiliar Fixo RICARDO LUÍS VALENTINI. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Jacqueline Aparecida Campos Lopes e Norton Luiz Bechtluft
Jurisdição Atendida:	IPUA, SAO JOAQUIM DA BARRA
Lei de Criação:	9.698/98
Data de Instalação:	12/11/1998
Data de Instalação do PJE:	09/10/2013
Data da Última Correição:	13/09/2017
Acervo Físico/Acervo Total:	2 %
Acervo PJe/Acervo Total:	98 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
ALEXANDRE ALLIPRANDINO MEDEIROS	07/08/2017

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
21/08/2017 a 05/11/2017	AFASTAMENTO-CURSO DE APERFEICOAMENTO E ESTUDO
06/11/2017 a 14/11/2017	AFASTAMENTO-CURSO DE APERFEICOAMENTO E ESTUDO
15/11/2017 a 15/11/2017	AFASTAMENTO-CURSO DE APERFEICOAMENTO E ESTUDO
16/11/2017 a 17/11/2017	AFASTAMENTO-CURSO DE APERFEICOAMENTO E ESTUDO
18/11/2017 a 19/11/2017	AFASTAMENTO-CURSO DE APERFEICOAMENTO E ESTUDO
20/11/2017 a 19/12/2017	AFASTAMENTO-CURSO DE APERFEICOAMENTO E ESTUDO
20/11/2017 a 19/12/2017	FERIAS
20/12/2017 a 07/01/2018	AFASTAMENTO-CURSO DE APERFEICOAMENTO E ESTUDO
08/01/2018 a 01/03/2018	AFASTAMENTO-CURSO DE APERFEICOAMENTO E ESTUDO
13/06/2018 a 12/07/2018	FERIAS
17/09/2018 a 16/10/2018	FERIAS
20/09/2018 a 21/09/2018	SUSPENSAO DE FÉRIAS
17/10/2018 a 18/10/2018	FERIAS



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/09/2017 a 17/10/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
LETICIA HELENA JUIZ DE SOUZA	20/11/2017 a 19/12/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
MARCIO CAVALCANTI CAMELO	21/08/2017 a 05/11/2017
MARCIO CAVALCANTI CAMELO	15/11/2017 a 15/11/2017
MARCIO CAVALCANTI CAMELO	18/11/2017 a 19/11/2017
MARCIO CAVALCANTI CAMELO	08/01/2018 a 01/03/2018
MARCIO CAVALCANTI CAMELO	02/03/2018 a 04/03/2018

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
13/01/2018 a 13/01/2018	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO

NOME	PERÍODO
RICARDO LUIS VALENTINI	07/01/2017 a 19/12/2017
RICARDO LUIS VALENTINI	08/01/2018 a 07/11/2018

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
20/11/2017 a 19/12/2017	FERIAS
16/07/2018 a 14/08/2018	FERIAS



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [30/09/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
CRISTIANA DE MELO ABBES	ND	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	19/06/2017
DANIELA GUIDOLIN FERNANDES	REQ	FC-01 EXECUTANTE	12/11/1998
ELVIS DIAS BARBOSA PAIVA	ND	FC-02 ASSISTENTE	16/03/2015
JANAINA CONCEICAO MENDES	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	11/10/2017
MARCO POLO TRINDADE	REQ	FC-01 EXECUTANTE	15/08/2002
MELINA GOULART JABUR	TJA	FC-02 ASSISTENTE	08/06/2012
MICHELLE FREITAS DE OLIVEIRA	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	18/10/2016
PAULO EDUARDO FLORA	TJA	FC-04 CALCULISTA	08/11/2010
REJANE DIPE FEITEIRO	TJA	-	10/08/2017
ROBERTA APARECIDA DA SILVA	ND	FC-01 EXECUTANTE	27/03/2017
SANDRA LUCIA DEZEM	REQ	FC-02 ASSISTENTE	12/11/1998
SANDRA REGINA APARECIDA DOS SANTOS TEIXEIRA	AJ-OJA	-	01/12/2003
SAULO MACHADO SIMON	AJ-OJA	-	01/03/2004
SUSELANE BODELON NASCIMENTO	REQ	FC-01 EXECUTANTE	12/11/1998
VALKIRIA GUELERI FARIA	REQ	FC-01 EXECUTANTE	22/09/2012
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			7
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			8



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [09/2017 a 09/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
LICENÇA À GESTANTE	120
LICENÇA CASAMENTO	8
LICENÇA LUTO	4
LICENÇA MÉDICA/RGPS	4
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	9
LICENÇA PATERNIDADE	5
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	5
PRORROGAÇÃO DE LICENÇA À GESTANTE	55
PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PATERNIDADE	15
TOTAL	225



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [30/09/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
BRUNA BASSO BELL	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2017
DANTIELLE LORRAINE DE JESUS DOS SANTOS	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2018



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [09/2017 a 09/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
ALEXANDRE ALLIPRANDINO MEDEIROS	758
MARCIO CAVALCANTI CAMELO	15
RICARDO LUIS VALENTINI	116

SERVIDORES	HORAS
CRISTIANA DE MELO ABBES	119
DANIELA GUIDOLIN FERNANDES	14
ELVIS DIAS BARBOSA PAIVA	14
JANAINA CONCEICAO MENDES	56
MARCO POLO TRINDADE	21
MELINA GOULART JABUR	84
MICHELLE FREITAS DE OLIVEIRA	44
PAULO EDUARDO FLORA	84
REJANE DIPE FEITEIRO	105
ROBERTA APARECIDA DA SILVA	54
SANDRA LUCIA DEZEM	14
SANDRA REGINA APARECIDA DOS SANTOS TEIXEIRA	7
SAULO MACHADO SIMON	267
SUSELANE BODELON NASCIMENTO	14
VALKIRIA GUELERI FARIA	14



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [09/2017 a 09/2018]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	313	1.085	---
	Aguardando encerramento da instrução	223	895	---
	Aguardando prolação de sentença	12	173	---
	Aguardando cumprimento de acordo	339	435	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.346	1.613	---
	Pendentes de finalização	2.233	4.202	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	39	225	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	285	624	---
	Pendentes de finalização	324	849	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	548	1.382	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	32	112	---
	Pendentes de finalização	580	1.494	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	5	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	0	13	---
TOTAL		3.137	6.564	---

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [09/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	380	1.602	---
	Aguardando encerramento da instrução	747	1.061	---
	Aguardando prolação de sentença	16	163	---
	Aguardando cumprimento de acordo	14	420	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.004	1.718	---
	Pendentes de finalização	2.161	4.963	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	154	493	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	233	284	---
	Pendentes de finalização	387	777	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	403	1.248	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	41	153	---
	Pendentes de finalização	444	1.401	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	0	83	---
TOTAL		2.992	7.224	---



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [09/2017 a 09/2018]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	293	294	8
Exceções de Incompetência	107	59	27
Antecipações de Tutela	72	69	1
Impugnações à Sentença de Liquidação	31	34	5
Embargos à Execução	49	48	2
Embargos à Arrematação	0	1	0
Embargos à Adjudicação	1	0	1
Exceções de Pré-Executividade	0	0	0
TOTAIS	553	505	44

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [09/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	113	111	8
Exceções de Incompetência	158	60	39
Antecipações de Tutela	86	87	0
Impugnações à Sentença de Liquidação	49	41	8
Embargos à Execução	30	25	7
Embargos à Arrematação	1	0	1
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	3	7	0
TOTAIS	440	331	63



6 - RECURSOS [09/2017 a 09/2018]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	1.300	1.347	19
Recurso Adesivo	96	107	0
Agravo de petição	76	74	3
Agravo de Instrumento	17	5	0
TOTAIS	1.489	1.533	22

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

6 - RECURSOS [09/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	597	526	110
Recurso Adesivo	35	30	10
Agravo de petição	45	37	8
Agravo de Instrumento	4	4	2
TOTAIS	681	597	130



7 - PRAZOS MÉDIOS [09/2017 a 09/2018]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	474	86	221	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	2.219	179	418	---
Total / Média	2.693	163	368	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	468	87	227	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	2.200	187	435	---
Total / Média	2.668	169	382	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	231	3	21	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	1.386	14	36	---
Total / Média	1.617	13	33	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	35	97	247	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	646	92	258	---
Total / Média	681	92	256	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	141	402	1.833	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	54	625	1.203	---
Total / Média	195	463	1.785	---

*Do início até a extinção da execução



PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [09/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	375	120	222	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	2.269	206	386	---
Total / Média	2.644	193	342	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	373	119	226	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	2.214	203	392	---
Total / Média	2.587	191	346	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	97	1	27	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	757	5	42	---
Total / Média	854	4	39	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	31	64	232	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	392	80	240	---
Total / Média	423	79	238	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	98	314	1.710	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	12	605	1.104	---
Total / Média	110	346	1.647	---

*Do início até a extinção da execução

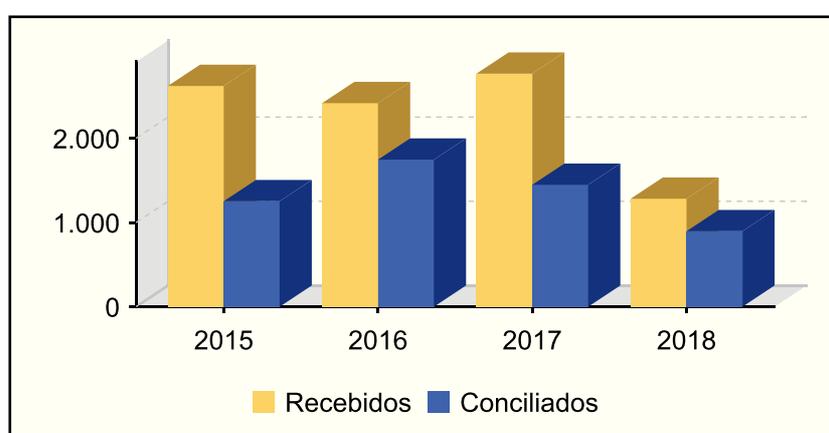


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

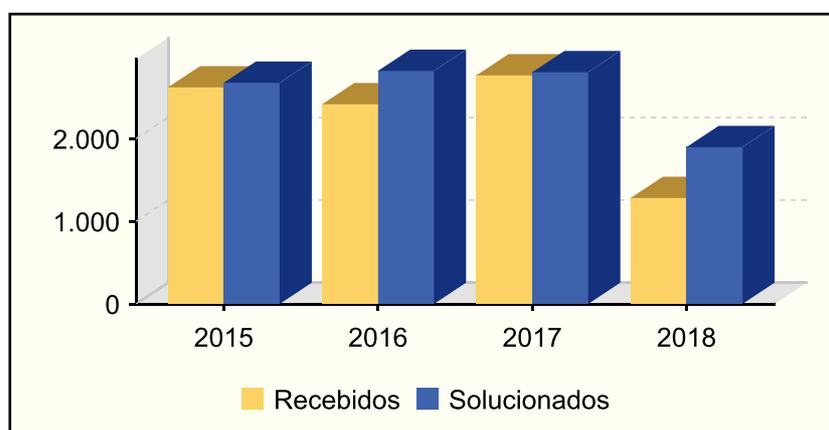
8.1 - Índice de conciliações [até 09/2018]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2015	2.622	1.253	47,79
2016	2.418	1.747	72,25
2017	2.768	1.448	52,31
2018	1.283	897	69,91



8.2 - Índice de soluções [até 09/2018]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2015	2.622	2.678	102,14
2016	2.418	2.822	116,71
2017	2.768	2.806	101,37
2018	1.283	1.899	148,01



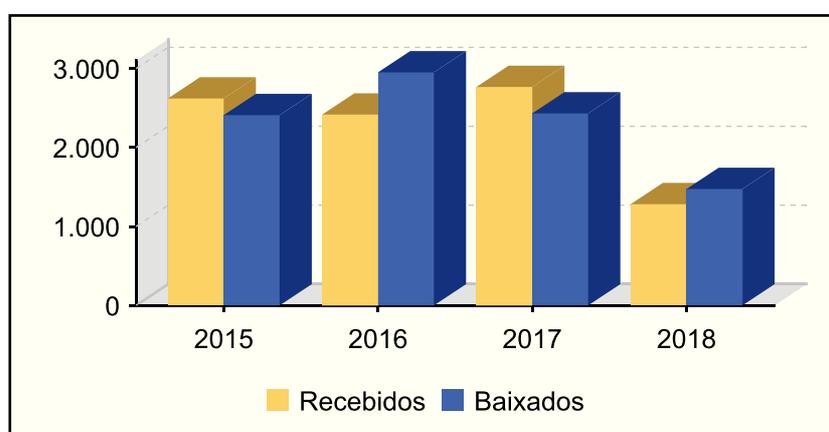


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

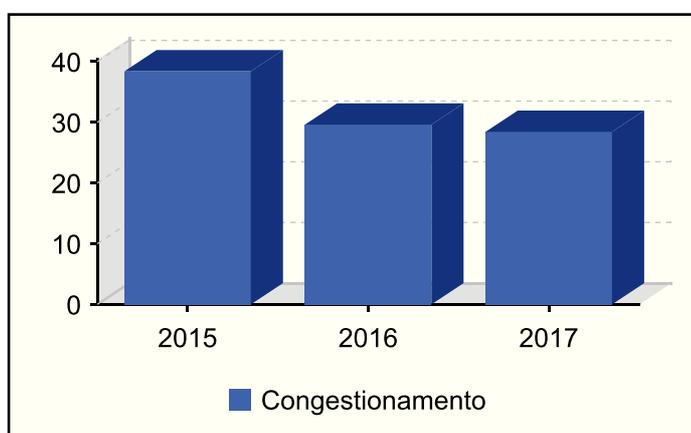
8.3 - Índice de baixas [até 09/2018]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2015	2.622	2.411	91,95
2016	2.418	2.953	122,13
2017	2.768	2.433	87,90
2018	1.283	1.475	114,96



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2015	1.726	2.622	2.678	38,41
2016	1.592	2.418	2.822	29,63
2017	1.153	2.768	2.806	28,44





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO - IGest:

As informações serão apresentadas no item
"15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE OS ÍNDICES NACIONAIS"

Os índices podem ser acessados por todos os usuários do Sistema e-Gestão
(novoegestao.tst.jus.br – na subpasta “Indicadores”).



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [10/2017 a 09/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.144	95,3	59,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.057	88,1	54,8
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.201	183,4	114,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	214	17,8	11,1
Incidentes Processuais Resolvidos	403	33,6	20,9
Dias-Juiz	579	48,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	40.874	83,1	48,6
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	45.155	91,8	53,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	86.029	174,9	102,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	14.199	28,9	16,9
Incidentes Processuais Resolvidos	34.464	70,0	41,0
Dias-Juiz	25.234	51,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	127.845	69,6	44,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	159.993	87,1	56,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	287.838	156,8	101,1
Processos solucionados - sem exame de mérito	42.971	23,4	15,1
Incidentes Processuais Resolvidos	104.766	57,1	36,8
Dias-Juiz	85.370	46,5	---

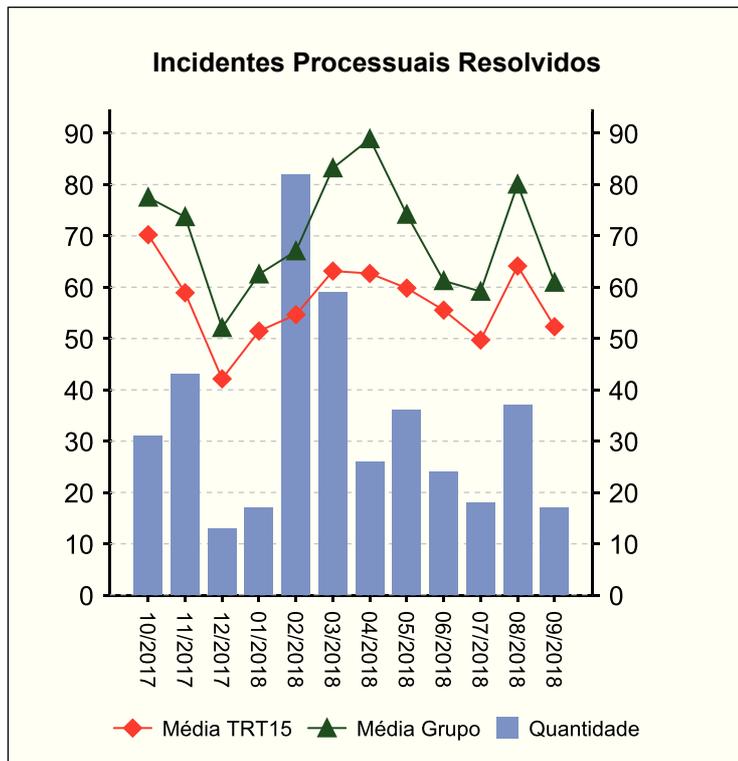
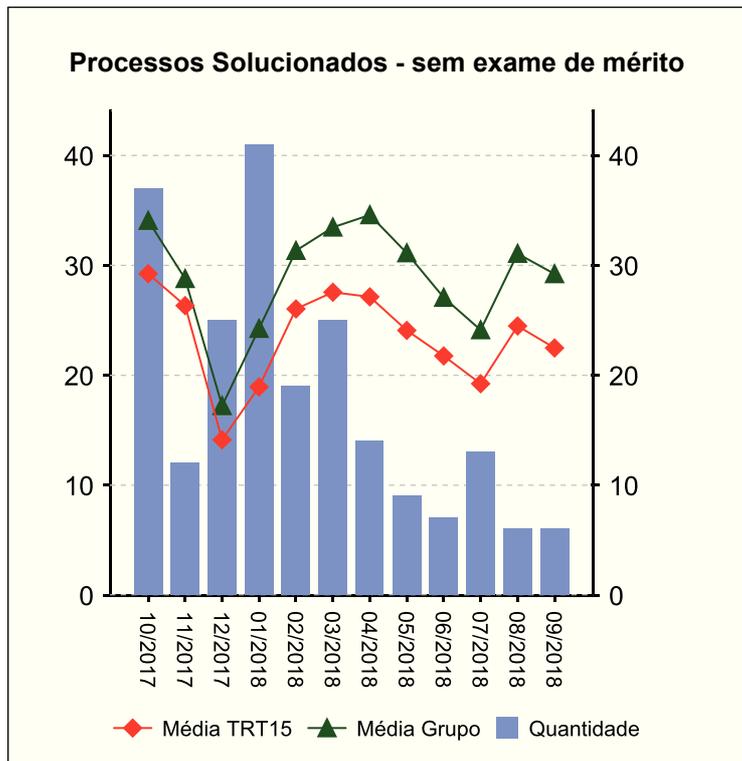
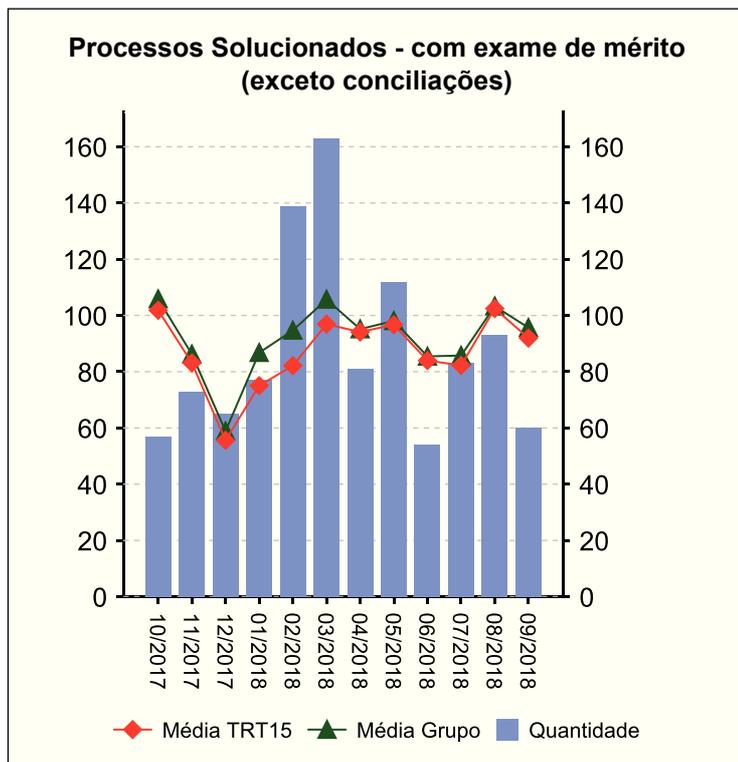
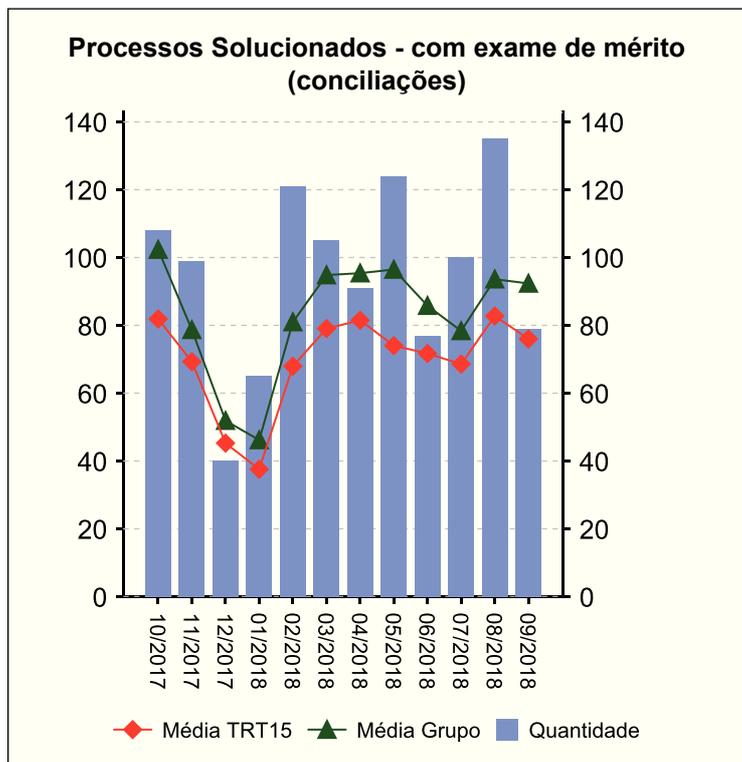
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [10/2017 a 09/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[10/2017 a 09/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	1.532	127,7	79,4
Sessões de audiência realizadas - instrução	994	82,8	51,5
Sessões de audiência realizadas - una	1	0,1	0,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	97	8,1	5,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	87	7,3	4,5
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	995	82,9	51,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	184	15,3	9,5
Dias-Juiz	579	48,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	25.234	51,3	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	85.370	46,5	---

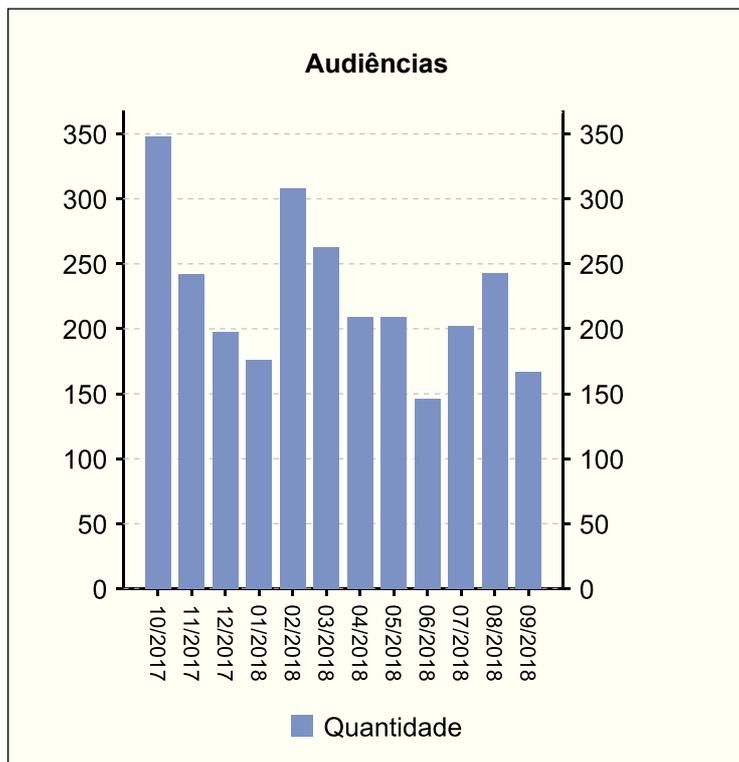


10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

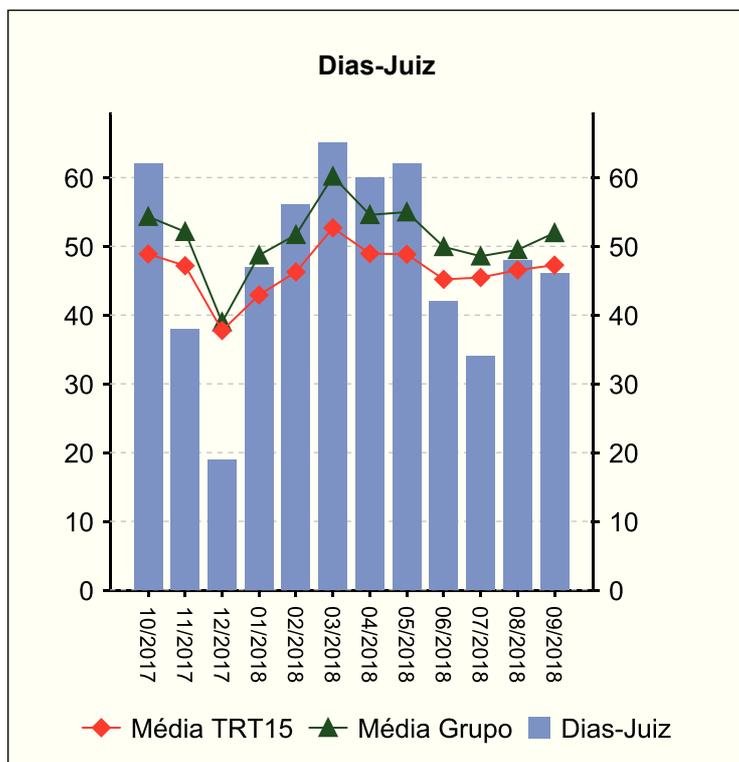
[10/2017 a 09/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
10/2017	17	5	212	114	0	348
11/2017	14	6	157	65	0	242
12/2017	13	12	150	23	0	198
01/2018	6	6	112	52	0	176
02/2018	20	9	182	97	0	308
03/2018	11	4	132	116	0	263
04/2018	3	5	86	115	0	209
05/2018	11	3	91	104	0	209
06/2018	1	24	61	60	0	146
07/2018	0	1	120	80	1	202
08/2018	1	2	152	88	0	243
09/2018	0	10	77	80	0	167
Total	97	87	1532	994	1	2711



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
10/2017	62
11/2017	38
12/2017	19
01/2018	47
02/2018	56
03/2018	65
04/2018	60
05/2018	62
06/2018	42
07/2018	34
08/2018	48
09/2018	46
Média Mensal	48,3



PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [08/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.684	140,3	81,1
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	718	59,8	34,6
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.402	200,2	115,7
Processos solucionados - sem exame de mérito	411	34,3	19,8
Incidentes Processuais Resolvidos	359	29,9	17,3
Dias-Juiz	623	51,9	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	41.380	84,1	47,4
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	44.461	90,4	51,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	85.841	174,5	98,4
Processos solucionados - sem exame de mérito	16.611	33,8	19,0
Incidentes Processuais Resolvidos	33.843	68,8	38,8
Dias-Juiz	26.164	53,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	129.633	70,6	45,1
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	151.779	82,7	52,8
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	281.412	153,3	98,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.707	27,1	17,3
Incidentes Processuais Resolvidos	109.353	59,6	38,1
Dias-Juiz	86.165	46,9	---

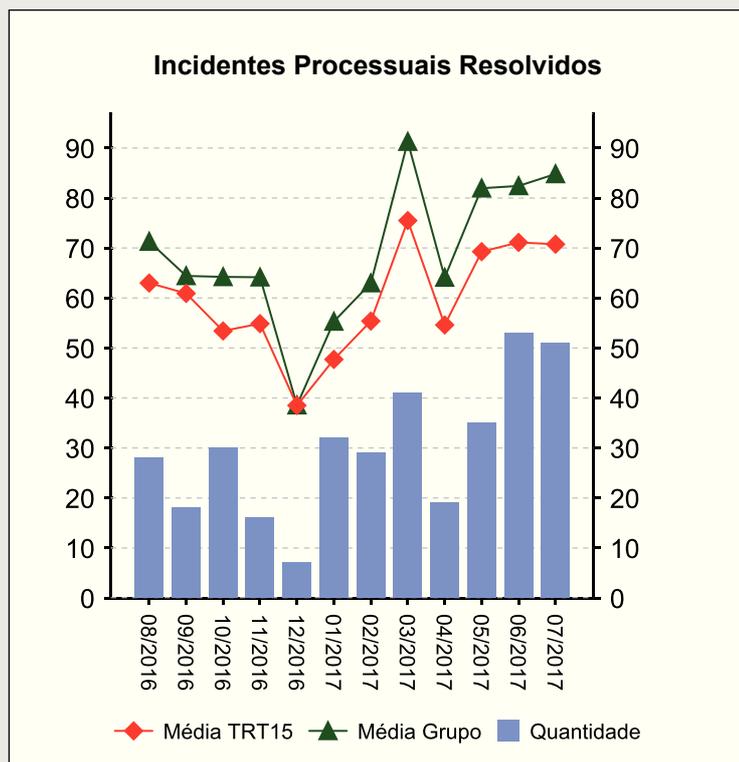
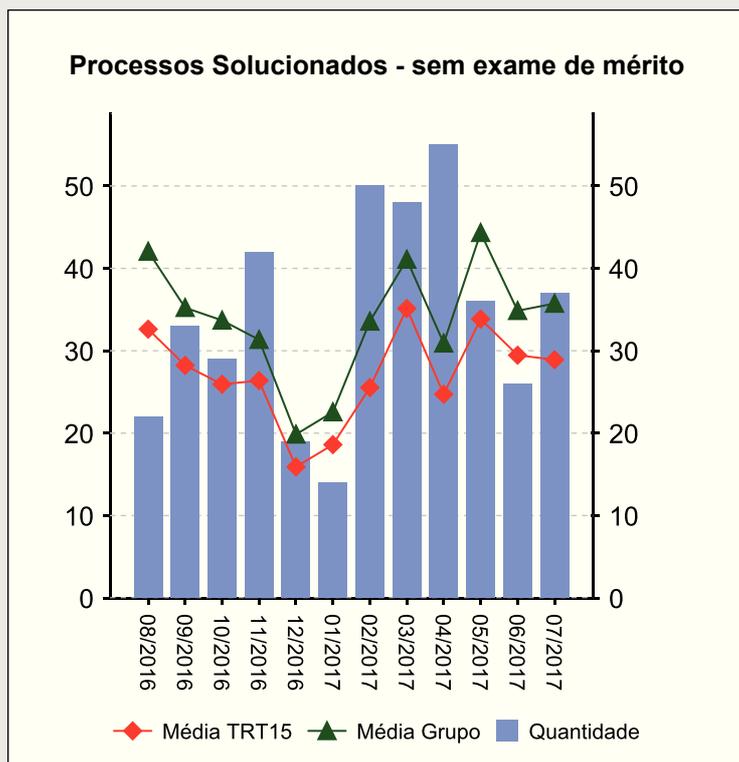
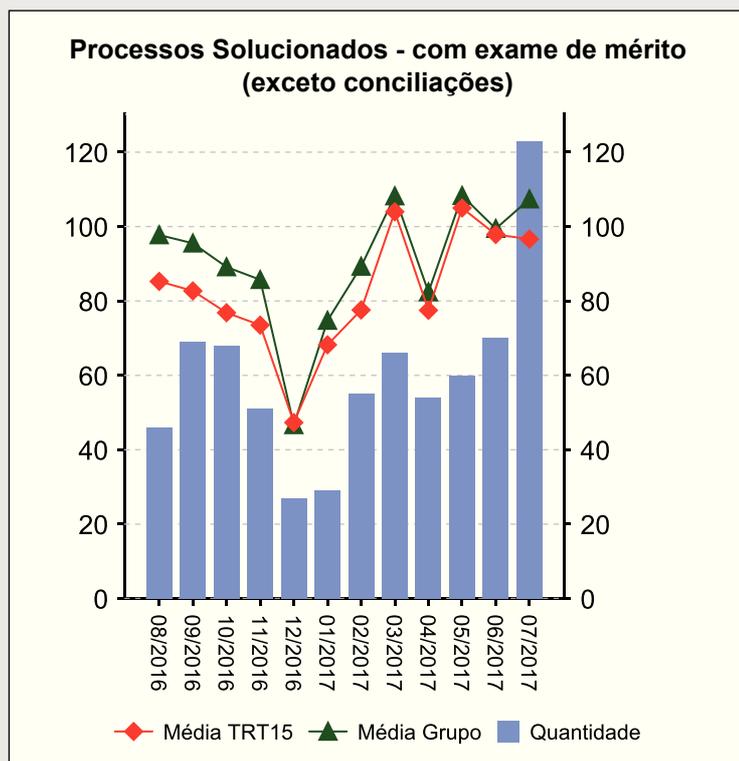
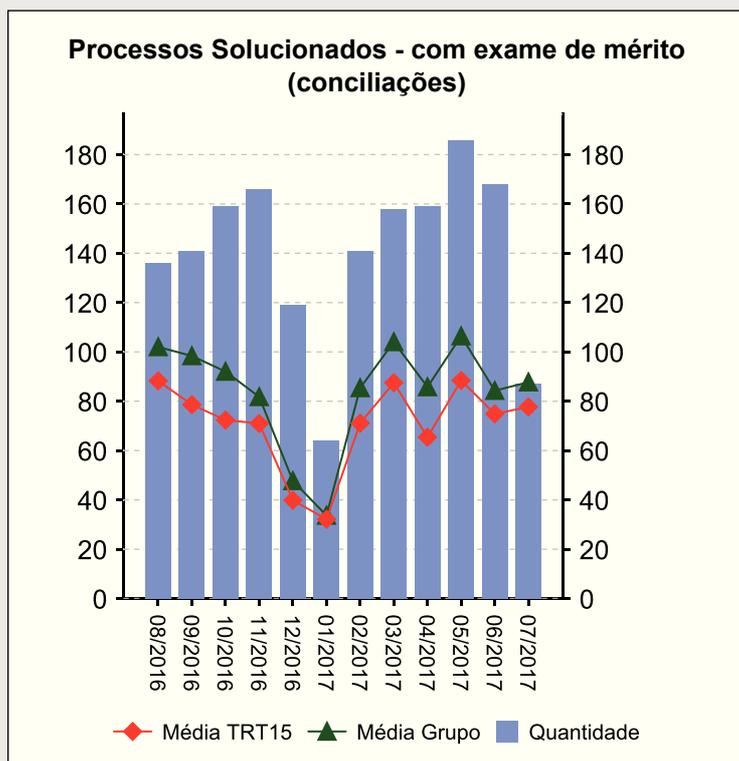
*Aferição de Resultado Individual Aproximado

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [08/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [08/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	2.316	193,0	111,5
Sessões de audiência realizadas - instrução	1.195	99,6	57,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	379	31,6	18,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	64	5,3	3,1
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.195	99,6	57,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	443	36,9	21,3
Dias-Juiz	623	51,9	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	26.164	53,2	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	86.165	46,9	---



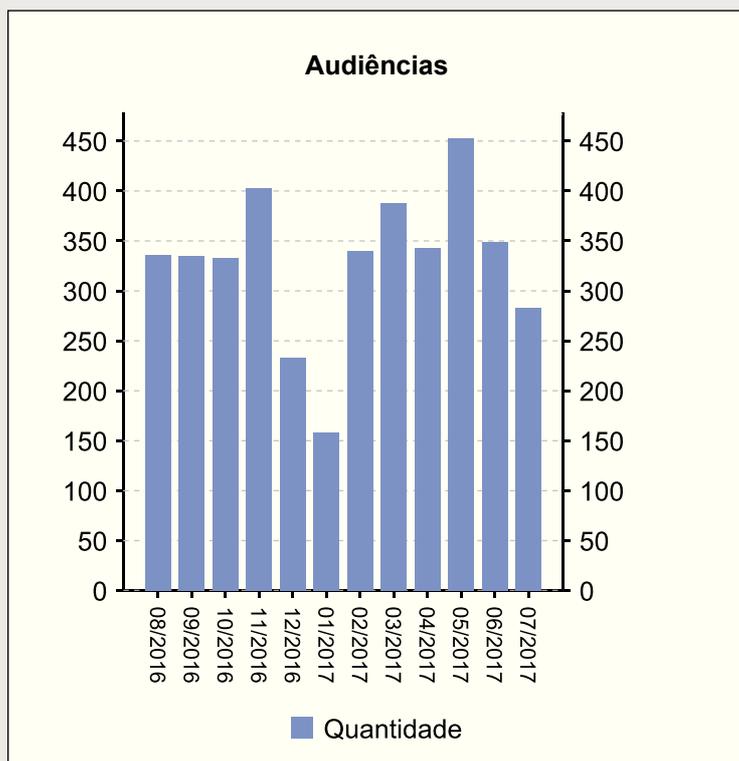
PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

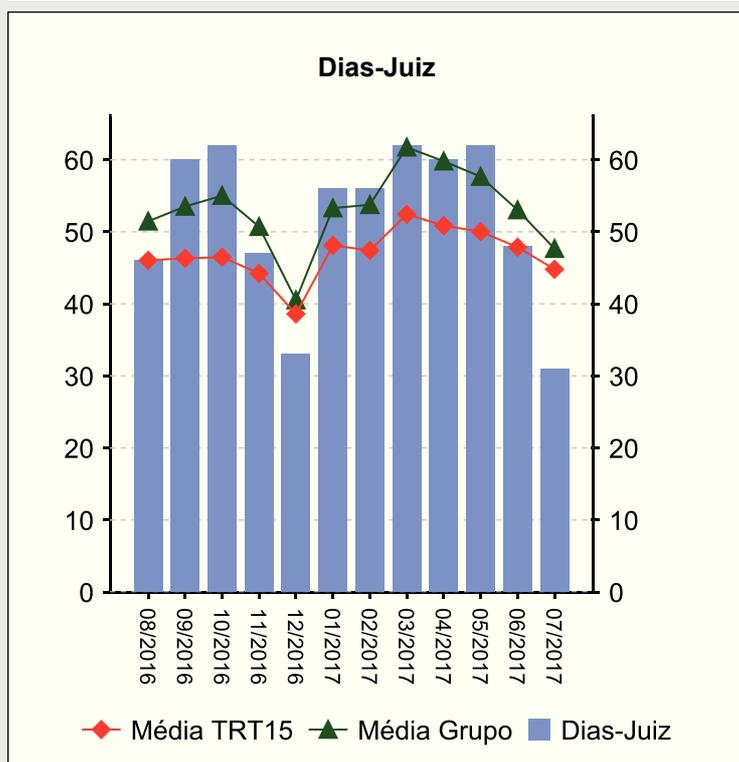
[08/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	Total
08/2016	20	2	215	99	336
09/2016	17	5	165	148	335
10/2016	23	2	185	123	333
11/2016	73	9	234	87	403
12/2016	30	1	167	35	233
01/2017	23	0	86	49	158
02/2017	25	3	192	120	340
03/2017	47	13	154	174	388
04/2017	34	7	197	105	343
05/2017	43	9	268	133	453
06/2017	29	9	238	73	349
07/2017	15	4	215	49	283
Total	379	64	2316	1195	3954



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
08/2016	46
09/2016	60
10/2016	62
11/2016	47
12/2016	33
01/2017	56
02/2017	56
03/2017	62
04/2017	60
05/2017	62
06/2017	48
07/2017	31
Média Mensal	51,9



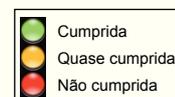
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente

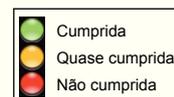
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
2768	2806	2491	0	231	234	100 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015

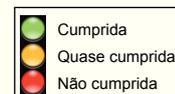
Processos distribuídos até 31/12/2015	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
2622	2360	2515	0	234	52	22 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
350	276	315	39	29	23	88 %





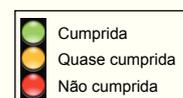
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

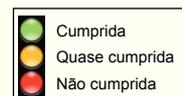
Processos pendentes da meta em 31/12/2014	Processos solucionados a partir de 01/01/2015	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
0	0	0	0	100 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2016	Prazo Médio em 2017	Meta	Grau de Cumprimento
211	172	203	100 %





12 - ARRECAÇÃO [09/2017 a 09/2018]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 131.598,71	R\$ 45.106,23	R\$ 0,00	R\$ 791.885,46



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 09/2018]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2014	2
2016	4
2017	44
2018	498



14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Média Trienal de Processos (Conhecimento e Execução)	Lotação Paradigma (Resolução nº 219/2016 do E. CNJ)	Lotação Adicional	Lotação Final (sem OJA)	Lotação (Oficial de Justiça Avaliador)
3.087	11	2	13	2

Fonte: Portaria GP nº 20/2018 – Anexo republicado na Portaria GP nº 26/2018

A Resolução nº 219/2016 do E. CNJ instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Por sua vez, a Portaria GP nº 20/2018, de 16/04/2018, aprovou a lotação quantitativa para a primeira instância do TRT da 15ª Região.

Observando a lotação da Unidade (item 3.1), constata-se que o número atual de 13 servidores (mais 2 Oficiais de Justiça) está dentro dos parâmetros fixados na referida Portaria.

Além disso, foi informado pela gestora que também atuam na Unidade os assistentes de Juiz:

Ana Carolina de Freitas Tavares – Assistente do Juiz Titular Alexandre Aliprandino Medeiros.

Marina Sachsida Vilela Carneiro – Assistente do Juiz Substituto Ricardo Luís Valentini.

15 – ACERVO DA UNIDADE:

15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade em 10/10/2018)

PJe		SAP	
Data de corte:	10/10/2018	Data de corte:	10/10/2018
Saldo:	0	Saldo:	0
Data do mais antigo:	-	Data do mais antigo:	-
		Total:	Não há



15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE OS ÍNDICES NACIONAIS:

Como divulgado pelo Tribunal Superior do Trabalho, o Índice Nacional de Gestão do Desempenho da Justiça do Trabalho – IGEST foi desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho a partir de experiências como o Mapeamento Global de Desempenho – MGD, bem como de estudos realizados pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das Varas do Trabalho do país.

Para tanto, apresenta um referencial numérico que sintetiza os mesoindicadores Acervo, Celeridade, Produtividade, Taxa de Congestionamento e Força de Trabalho, adotados em consonância com os objetivos judiciários de assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito e impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais. Os índices podem ser acessados por todos os usuários do Sistema e-Gestão (novoegestao.tst.jus.br – na subpasta “Indicadores”), com atualizações divulgadas trimestralmente.

Observando os relatórios já disponibilizados (o primeiro com dados até 12/2017, e o último até 07/2018) é possível verificar que a Vara do Trabalho de São Joaquim da Barra obteve melhora nos índices Acervo (de 0,2277 para 0,1914), Celeridade (de 0,1964 para 0,1914), Taxa de Congestionamento (de 0,4300 para 0,3789) e Força de Trabalho (de 0,4185 para 0,3893), não obstante tenha elevado sua criticidade no indicador Produtividade (de 0,4150 para 0,4808). Ainda, verificou-se uma evolução na colocação da Unidade dentro do Regional (passou da 16ª para 11ª posição).

Esse resultado já demonstra o empenho dos gestores na condução dos processos judiciais e dos processos de trabalho. Além disso, como registrado no item anterior, não há saldo de processos sem tramitação há mais de 30 dias. Por tais motivos são consignados elogios.

15.3 – MOVIMENTAÇÃO DE MANDADOS

(fonte: informação da Unidade em 10/10/2018)

A) Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G):

Não há.



B) Diligências pendentes de cumprimento/prazo vencido (SAP1G):

Não há.

C) Diligências pendentes de cumprimento/prazo vencido (PJe):

Não há.

16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0010746-92.2018.5.15.0117, 0010197-82.2018.5.15.0117 e 0012349-74.2016.5.15.0117;

16.2 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0000120-87.2013.5.15.0117; 0012270-61.2017.5.15.0117; 0012069-40.2015.5.15.0117;

16.3 – não determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, porém a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

16.4 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 18/10/2018, verificou-se a existência de 319 protocolos nos últimos 12 meses, não havendo pendências) e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0010216-25.2017.5.15.0117, 0010947-55.2016.5.15.0117 e 0000565-42.2012.5.15.0117);

16.5 – designa audiências em quatro dias da semana;

16.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 87 no período de 10/2017 a 09/2018;

16.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.



Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 48,3 dias-juiz nos últimos doze meses, inferior à média do grupo (51,3) e à média mensal apurada no último período correicionado (51,9).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal (RARIA) de 59,3 processos solucionados por meio de conciliações, superior à média de referido grupo (RARIA 48,6) e inferior ao último período correicionado (RARIA 81,1). Igualmente, excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês (RARIA) foi de 54,8, superior à média do grupo, de 53,7 (RARIA) e ao último período correicionado (RARIA de 34,6), resultando em média total de solucionados com exame de mérito, de 114,0 (RARIA) na Unidade, superiores à média do grupo 102,3 (RARIA), no mesmo período e inferior ao RARIA de 115,7 apurado no último período correicionado.

Destaca-se ainda que, inobstante o total de solucionados com exame de mérito tenha sido ligeiramente inferior ao apurado no período correicional anterior, o prazo médio do ajuizamento da ação até a prolação da sentença foi reduzido de 191 dias (07/2017) para 169 dias (09/2018) no mesmo interregno, motivo pelo qual a Exma. Desembargadora Vice-Corregedora Regional consigna seus elogios aos Juizes que atuaram na Unidade pela busca da célere prestação jurisdicional.

18 – AUDIÊNCIAS



Conforme informado pelo gestor da Unidade em 10/10/2018, há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS/ Ord:	10/12/2018	-	61
INICIAIS/ Sum:	10/12/2018	-	61
UNAS/ Ord:	-	-	-
UNAS/Sum:	-	-	-
INSTRUÇÕES/Ord:	03/12/2018	-	54
INSTRUÇÕES/Sum:	03/12/2018	-	54
CONCILIAÇÃO:	-	-	-
MEDIAÇÃO:	-	-	-

Observação: Foi informado pela Unidade que a pauta é automatizada. Porém, não é utilizado o conceito de pauta “inteligente”, com análise dos feitos para eventual retirada de pauta. A Unidade inclui feitos que envolvam órgãos públicos em pauta. Processos cuja instrução dependa de prova pericial são incluídos em pauta, havendo designação de nova data nos casos em que for necessário colher mais provas.

As datas acima informadas correspondem a pauta do Juiz Titular, embora as audiências do Juiz Auxiliar Fixo estejam designadas até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS/ Ord:	23/01/2019	-	105
INICIAIS/ Sum:	23/01/2019	-	105
UNAS/ Ord:	-	-	-
UNAS/Sum:	-	-	-
INSTRUÇÕES/Ord:	24/01/2019	-	106
INSTRUÇÕES/Sum:	24/01/2019	-	106
CONCILIAÇÃO:	-	-	-
MEDIAÇÃO:	-	-	-

18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS (fonte: Vara do Trabalho)

18.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO



DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã			7			7
	tarde		33				33
terça	manhã			7			7
	tarde			9			9
quarta	manhã						0
	tarde						0
quinta	manhã						0
	tarde						0
sexta	manhã						0
	tarde						0

18.1.2 – JUIZ SUBSTITUTO AUXILIAR

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						0
	tarde						0
terça	manhã						0
	tarde						0
quarta	manhã			7			7
	tarde		33				33
quinta	manhã			7			7
	tarde			9			9
sexta	manhã						
	tarde						

18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

A gestora informou não serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação na Unidade. No entanto, noticiou haver servidor capacitado pela Escola Judicial para a mediação.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem



como de pacificação social, solução e prevenção de litígios, beneficiando principalmente o jurisdicionado.

18.3 – ANÁLISE:

A Unidade realizou média (RARIA) de 51,6 audiências unas e de instrução menor que o resultado verificado no último período correicionado (item 10.2), proporcionalmente à disponibilidade média de magistrados (RARIA).

O prazo médio (item 7) do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução é de 163 dias, menor que o de seu grupo (368 dias). Observa-se ainda que no rito sumaríssimo esse prazo é significativamente menor, 86 dias, em média, enquanto nos demais processos, o prazo médio é de 179 dias.

Em comparação com o verificado no último período correicionado, esse prazo médio diminuiu de 193 para 163 dias, refletindo também a redução do lapso temporal entre a designação e a realização de audiências de instrução – atualmente em 61 dias para as iniciais e 54 para as instruções.

Além disso, como indicado no item 4, no período observado o saldo de processos aguardando encerramento da instrução é de 223, quantidade menor que a média de seu grupo, demonstrando tendência de diminuição desde a última correição.

Assim, pela manutenção dos resultados já obtidos e melhora, sugere-se implementar a adoção das boas práticas abaixo descritas, já utilizadas em outras unidades deste Tribunal, como São Sebastião e Itapira, com objetivo de otimizar as pautas e conferir maior celeridade à tramitação dos feitos, especialmente na fase de conhecimento.

A prática consiste em designar audiência de “Mediação/INI”, para a qual as partes são intimadas, sendo a ré para que apresente a defesa, esclarecendo não ser necessário o comparecimento de testemunhas, mas já predefinindo os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia) e, se infrutífero o acordo, as partes saem cientes da designação de perícia, nos casos de processos que necessitam de prova pericial. Busca-se a solução consensual, entretanto, caso não seja obtida, designa-se audiência de instrução, caso as partes insistam na necessidade de produção de prova oral.

Frisa-se a importância do Juízo em manter a prática de inclusão na pauta de audiências de instrução, dos feitos que dependam de prova pericial, no momento da designação da perícia, nada obstante, eventual entendimento do Juízo de que não é necessária a audiência para a produção de provas. Tal procedimento permite que o quadro



de audiências instrutórias reflita a real situação da Unidade e, conseqüentemente, a tomada de medidas adequadas pelo Juízo.

Ressalta-se a necessidade de priorização dos processos em rito sumaríssimo na pauta, objetivando o cumprimento do prazo legal para solução dos processos nesse rito.

Sugere-se, ainda, a designação de audiência de mediação após a entrega do laudo pericial, já com eventuais impugnações e esclarecimentos, sem prejuízo da audiência de instrução já designada. Conciliados, a vaga da audiência de instrução pode ser ocupada por outro processo.

19 – CONSTATAÇÕES:

A Unidade conta com atuação de duas estagiárias da área de Direito. Foram informados da possibilidade da contratação de mais três estagiários, por meio de convênio com os Municípios da jurisdição ou diretamente com Instituições de Ensino e sugeriu-se a contratação de estagiários da área de ciências contábeis ou econômicas para auxílio nas fases de liquidação e execução.

Atualmente a Unidade trabalha com 2% de seu acervo de processos físicos, atuando praticamente em uma única plataforma (PJe).

No que diz respeito aos processos da Meta 2 do CNJ, atualmente, encontram-se pendentes de solução 2 processos de 2014 e 4 processos de 2016 (que entrarão na meta até dezembro próximo). Constata-se que a Unidade vem acompanhando a movimentação dos feitos pendentes, com a necessária prioridade, pelo que são registrados elogios.

No que diz respeito às cartas precatórias inquiritórias, foram orientados para a solução no prazo de 30 (trinta) dias. Nos casos de processo que depende da devolução de cartas precatórias inquiritórias foram orientados a manter contato com o Diretor da Vara Deprecada, solicitando prioridade, principalmente quando se tratar de processos da Meta 2 do CNJ e se não resolvida que seja informada a Corregedoria para as providências, mesmo se tratando do Juízo deprecado de Unidade de outro Tribunal.

Verificou-se que a Unidade passou a promover o lançamento dos valores arrecadados de custas no momento do recolhimento, tendo saneado inconsistências nos resultados de incidentes processuais e remessa de recursos.

No entanto, foram verificadas inconsistências no lançamento dos valores decorrentes de acordos, pagamentos espontâneos e execução e nos valores arrecadados de imposto de renda e contribuições previdenciárias, salientando-se a importância dos corretos lançamentos.



Constatou-se o ajuizamento de 16 ações do tipo Homologação de Transação Extrajudicial, desde a reforma da CLT, que são colocadas em pauta de audiência para ratificação pessoal do reclamante perante o Magistrado, análise e eventual homologação, se preenchidos os requisitos legais.

Informou ou Exmo. Juiz Titular que, ante a dificuldade do comparecimento de reclamantes e por não terem ocorrências negativas pela falta de ratificação pessoal, nos demais casos, desde março do presente ano, nos casos em que a avença é noticiada por petição, foi abolida na Unidade a determinação de comparecimento do reclamante para ratificação do acordo.

Salientou a Exma. Desembargadora Vice-Corregedora, apesar da faculdade do Juiz prevista no capítulo RAT, da Consolidação das Normas da Corregedoria – CNC, a importância de ratificação pessoal do reclamante perante o Magistrado com o objetivo de serem feitos esclarecimentos acerca das implicações de eventuais renúncias de direitos e de se evitarem fraudes e declaração de nulidades futuras, em prejuízo do trabalhador.

No que diz respeito aos processos que aguardam pagamento de precatório, esclareceu-se que a questão foi levada à Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, e que se aguarda posicionamento daquele Órgão. Orientou-se para que até que haja determinação expressa em sentido contrário, sejam mantidos na fase de execução os processos que aguardam pagamento de precatórios, sem arquivamento.

Salientou, a Exma. Desembargadora Vice-Corregedora, a necessidade do acompanhamento dos processos pelos relatórios do e-Gestão, como forma de controle de resultados e regularização de eventuais inconsistências pelos responsáveis pelos lançamentos..

A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora elogiou o empenho de toda a equipe e que levou a Unidade avançar do 32º lugar no IGEST no período de abril/2017 a março/2108 para o 10º lugar de julho/2017 a junho/2018.

Após a apresentação dos principais índices da Unidade, comparativamente aos índices apresentados na Correição anterior (2017), foi realizada reunião com o trio gerencial.

19.1 – Reunião com o Trio Gerencial

Verificou-se que a Unidade não tem observado a regularidade e o horário para a remessa de processos para o Segundo Grau, para análise e julgamento de recursos. Orientou-se para que a remessa observe as determinações da Portaria GP-VPJ-CR nº



7/2012 que estabelece que a remessa de recursos para a segunda Instância seja feita diariamente, caso necessário, no período das 9 às 18 horas.

Nos casos que dependem da produção de prova pericial, o perito é nomeado na audiência, com data da diligência perícia e prazos para as partes e perito prefixados, sendo a audiência de instrução marcada desde então.

Informaram que os processos envolvendo Órgãos Públicos, com matéria de direito, são incluídos na pauta quando vinculados ao Exmo. Juiz Substituto no Auxílio Fixo, mas sem prejuízo da pauta normal.

Para início da liquidação, em alguns casos, o Juízo determina a intimação da reclamada para que, no prazo de 15 dias, apresente cálculos e efetue o pagamento do valor que entender devido e após, determina a intimação do reclamante para impugnação no prazo de 8 dias, nos termos do § 2º do art. 879 da CLT. Em outros casos, sendo a maioria, processos em que são executados Órgãos Públicos, é designada perícia para apresentação dos cálculos. Após a entrega do laudo é concedido o prazo de oito dias para impugnação pelas partes.

O Juízo determina a liberação do depósito recursal, juntamente, com o valor incontroverso pago pela reclamada. Isso porque há demanda de empresas na região, que preferem pagar desconsiderando o valor do recursal.

Sugeriu-se, a critério dos Magistrados, a concessão de mesmo prazo às partes para apresentação de cálculos e impugnação, a fim de ser dado tratamento igualitário às partes. Sugeriu-se, ainda, a designação de audiência de mediação, intimando-se as partes da data da audiência e para eventual impugnação de cálculos com antecedência mínima de oito dias. Inconciliadas as partes, os cálculos poderão ser homologados em audiência.

Informaram que contam com a atuação da servidora Cristina de Melo Abbes, como mediadora, capacitada pela Escola Judicial deste Tribunal e que há projeto de instalação de sala de mediação, enviado à Coordenadoria de Projeto e Obras.

Verificou-se a existência de processos com lançamento de início da liquidação, mas com a existência de recurso, assim como a existência de processos já em Instância Superior. Orientou-se para maior atenção no lançamento do início da liquidação, somente após o trânsito em julgado, a fim de não alongar indevidamente o prazo médio da liquidação. Constatou-se, ainda, a existência de processos com liquidação encerrada, porém com a liquidação ainda pendente no e-Gestão. Esclareceu-se que encerra a fase de liquidação: o lançamento de início da execução, a homologação dos cálculos, a homologação de acordo ou a redistribuição. Salientou-se que há “Check box” no Sistema AUD, para informação de acordo, devendo ser registrado “acordo pós-sentença”.



Informaram que nos últimos meses foi feita a pesquisa avançada pela ferramenta SIMBA, em dois processos e que não utilizam a ferramenta PROTESTO, por utilizarem as ferramentas SERASA e CNIB.

Sugriu-se, a critério do Magistrado, a adoção a alienação por iniciativa particular prevista no art. 880 do CPC, regulamentada neste Tribunal pelo Provimento GP-CR 04/2014, com as alterações do Provimento GP-CR 01/2017.

Sugriu-se que seja atualizada a parametrização local, pelo Exmo. Juiz Titular, face à inviabilidade da penhora livre, diante da eficácia das ferramentas de pesquisas básica e avançada, o funcionamento do SIMBA, entre outros itens que entender viáveis.

Verificou-se a existência de 41 processos com ocorrência RMA já remetidos ao arquivo. Salientou-se que os processos desarquivados, com ocorrência RMA, sem prosseguimento da execução, deverão receber a ocorrência de nível 2, RCX e não DSA, devendo ser corrigidas as inconsistências do SAP1G.

Informaram que atuam em teletrabalho, além dos Assistentes dos Juizes, os servidores Elvis Dias Barbosa Paiva, Melina Goulart Jabor, Paulo Eduardo Flora e Rejane Dipe Feiteiro, já tendo iniciado a formalização do pedido no PROAD, conforme Ato Regulamentar GP 10/2018.

Esclareceram que utilizam filtros em alertas, ficando retificada a informação no formulário de pré-correição.

No que diz respeito às notificação por meio eletrônico, informaram que os Municípios de Ipuã e de São Joaquim da Barra, assim como as empresas Usina Alta Mogiana e Eterna Prestadora de Serviço Eirele Me, recebem notificação por e-mail.

Informou a Diretora de Secretaria que a servidora Rejane Dipe Feiteiro estava afastada por licença maternidade e férias e será incluída na equipe de liquidação quando do seu retorno.

Informou a Diretora de Secretaria, ainda, que a utilização da Wiki disponibilizada pela Corregedoria foi apresentada a todos os servidores da Unidade.

20 – RECOMENDAÇÕES:

20.1 – para o gerenciamento dos processos eletrônicos, utilizar relatório Sicond (extranet – menu “jurídico” - visualizar estatísticas, gerando arquivo para criar tabela dinâmica conforme roteiros disponíveis na Extranet – Orientações da Corregedoria);

20.2 – utilizar a *wiki* disponibilizada pela Corregedoria para solução de dúvidas procedimentais;



20.3 – utilizar a pauta inteligente, ainda que a Unidade adote a pauta automática no PJe, para adequada triagem dos feitos a serem incluídos ou excluídos de pauta, otimizando seu aproveitamento;

20.4 – atribuir aos assistentes de juiz a responsabilidade pela confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, devendo a ordem judicial nelas contidas ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dê imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.

21 – DETERMINAÇÕES:

21.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentencas.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

21.2 – envidar esforços para alcançar as Metas do E. CNJ e Justiça do Trabalho, especialmente considerando que em 2017, conforme registro no item 11 desta Ata não foi integralmente cumprida a Meta 5, E. CNJ (baixar 90% do total de casos novos de execução no ano), com 88% de cumprimento;

21.3 – intensificar a realização de audiências nos processos da fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição;

21.4 – observar o parágrafo único, do inciso II, do parágrafo 2ª da Portaria GP-VPJ-CR nº 7, de 22 de agosto de 2012 que determina que a remessa de recursos para a segunda Instância deverá ser feita diariamente, caso necessária, no período das 9 às 18 horas;

21.5– utilizar regularmente a ferramenta SIMBA, além das ferramentas já adotadas, pelo exaurimento das iniciativas do juízo com objetivo de tornar exitosa a execução dos feitos.



22 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, entre os dias 16/10/2018 e 18/10/2018, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0027500-27.2009.5.15.0117	Processo físico na ocorrência “RMA – remetido ao arquivo” desde 12/11/2012. Verifica-se que a execução foi extinta, mas permanece o feito com pendência de pagamento de RPV no e-Gestão. Há outros 39 processos na mesma situação.	Verificar o relatório do e-Gestão de RPV – requisitório de pequeno valor – pendente e regularizar o lançamento no SAP1G de valores já pagos (RPV quitados), para a transparência dos dados no e-Gestão.

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Não houve comparecimento de partes, advogados ou terceiros para atendimento pela Exma. Desembargadora Vice-Corregedora.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – O MM. Juiz Titular Alexandre Aliprandino Medeiros está autorizado a residir fora da jurisdição (PA 4740/2017).

24.2 – O Juiz Substituto Auxiliar Fixo Ricardo Luís Valentini está autorizado a residir fora da sede da circunscrição (PA 0091500-58.2008.5.15.0897).

24.3 – A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora Regional conversou reservadamente com os Magistrados sobre mediação e resultados da Unidade,

24.4 – Foi informado pela Sra. Diretora de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

24.5 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação da Diretora, pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido



Complementar” no PP nº 4113/2016.

25 – OFÍCIOS

Expeça-se ofício à Presidência, solicitando as providências que merecer para instalação com a brevidade possível, da sala de mediação na Unidade.

26 – ENCERRAMENTO:

No dia 24 de outubro de 2018, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Norton Luiz Bechtluft, Coordenador de Apoio à Vice-Corregedora Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.